MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Política
e Civil

Decreto n.º 14:924

Atendendo ao que tem sido representado por um grande número de juntas de freguesia de vários concelhos e distritos;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aplicável às juntas de freguesia o disposto no decreto n.º 12:386, de 28 de Setembro de 1926, relativamente ao dia de trabalho a que se refere a lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913, no seu artigo 158.º

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 31 de Dezembro de 1927. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *José Vicente de Freitas* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *João José Sinel de Cordes* — *Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa* — *Agnelo Portela* — *António Maria de Bettencourt Rodrigues* — *Artur Ivens Ferraz* — *José Alfredo Mendes de Magalhães* — *Felisberto Alves Pedrosa*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Decreto n.º 14:925

Tendo-se suscitado dúvidas sobre a interpretação do disposto no artigo 4.º do decreto n.º 12:429, de 6 de Outubro de 1926, convindo, por isso, esclarecê-lo;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É mantido e reconhecido aos funcionários a que se refere o decreto n.º 12:429 e que actualmente se encontram em exercício o direito a aposentação ou reforma, nos termos da legislação em vigor à data do mesmo decreto.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 21 de Janeiro de 1928. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *José Vicente de Freitas* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *João José Sinel de Cordes* — *Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa* — *Agnelo Portela* — *António Maria de Bettencourt Rodrigues* — *Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa* — *Artur Ivens Ferraz* — *José Alfredo Mendes de Magalhães* — *Felisberto Alves Pedrosa*.

Direcção Geral da Fazenda Pública

Decreto n.º 14:926

Tendo a comissão administrativa da Junta de Freguesia de Casal Comba obtido a cedência por título oneroso dos bens do passal da mesma freguesia, por despacho ministerial de 10 de Novembro de 1922, a fim de realizar a construção de edificios escolares e de habitação dos respectivos professores;

Considerando que, por despacho ministerial de 23 de Novembro do mesmo ano, foi à referida Junta permitido pagar a cedência por 9.000\$, importância do preço da avaliação, dando-se-lhe posse dos bens em 5 de Janeiro de 1923;

Considerando que a mesma Junta pediu autorização para alienar o passal anexo, no intuito de obter receita para as projectadas obras, o que lhe foi negado pelo facto de só ao Estado competir a desamortização de bens nacionais, cujo produto tem aplicações especiais legalmente previstas;

Considerando que por esse facto, não podendo a Junta realizar a sua aspiração, empregou outras diligências, conseguindo em 13 de Fevereiro de 1925 a aprovação, no Senado, do projecto de lei n.º 704, que lhe confere autorização para alienar uma parte dos bens cedidos, mas, não obtendo esse projecto aprovação na Câmara dos Deputados, por não haver sido submetido à discussão, ficou o assunto pendente;

Considerando finalmente que a Junta de Freguesia de Casal Comba, apoiada pelas autoridades distritais e locais, que afirmam tratar-se de um melhoramento incontestável, pretende que o citado projecto de lei n.º 704 seja convertido em lei ao abrigo do disposto no artigo 32.º da Constituição Política da República Portuguesa;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, e sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É a Junta de Freguesia de Casal Comba, concelho de Mealhada, distrito de Aveiro, autorizada a alienar os terrenos do passal anexo à antiga residência paroquial, que por despacho ministerial de 23 de Novembro de 1922 lhe foi cedida pela importância de 9.000\$, para com o produto da venda construir as duas escolas primárias da freguesia e reparar e adaptar a casa do passal a residência dos professores.

Art. 2.º O Ministério da Instrução Pública nomeará uma comissão composta de três membros, com o carácter fiscalizador, que com a Junta de Freguesia procederá à venda dos terrenos, à construção das referidas escolas e à adaptação da supracitada casa a residência dos professores.

Art. 3.º Os bens denominados Casal Comba que pertenceram ao passal da freguesia do mesmo nome não poderão em caso algum ter aplicação diversa daquela para que foram cedidos, assim como também a Junta de Freguesia não poderá desviar para outros fins qualquer saldo do produto da venda por este diploma autorizada depois de satisfeitos todos os encargos relativos à cedência e de concluídas as obras, conforme a respectiva planta arquivada na Direcção Geral da Fazenda Pública.

Art. 4.º No caso previsto no artigo antecedente o saldo será depositado na caixa escolar para ter a aplicação designada no artigo 13.º do decreto n.º 9:223, de 6 de Novembro de 1923.

§ único. Se porém o produto da venda não for sufi-

ciente para concluir as construções e reparações projectadas, deverá a Junta de Freguesia suprir essa falta sem encargos para o Estado.

Art. 5.º Os bens cedidos com as bemfeitorias realizadas pela Junta de Freguesia de Casal Comba regressarão à posse do Estado, por intermédio da Repartição do Património, sem dependência de notificação ou de quaisquer formalidades, se no prazo de três anos, contados da data deste diploma, não tiverem a aplicação para que foram solicitados.

Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 21 de Janeiro de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Manuel Rodrigues Júnior — João José Sinel de Cordes — Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa — Agnelo Portela — António Maria de Bettencourt Rodrigues — Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa — Artur Ivens Ferraz — José Alfredo Mendes de Magalhães — Felisberto Alves Pedrosa.

3.ª Repartição

Decreto n.º 14:927

Convindo modificar determinadas disposições legais que fixam a importância das avaliações para venda, no Ministério das Finanças e nas Direcções de Finanças dos distritos, dos bens e foros e outros encargos de que tratam as leis especiais de desamortização, que, apesar da desvalorização do escudo, ainda se mantêm as que se acham consignadas nos artigos 30.º, § 1.º, do regulamento de 12 de Dezembro de 1863, 32.º das instruções de 26 de Julho de 1866 e 36.º das instruções de 25 de Novembro de 1869;

Considerando que a modificação proposta não diminui as receitas do Estado e visa apenas a descentralização dos serviços, que, a continuar em vigor o que está, se centralizariam no Ministério das Finanças (Direcção Geral da Fazenda Pública);

Considerando ainda que em muitos casos as despesas que os arrematantes terão de fazer com a sua deslocação das sedes das terras da sua naturalidade, e ainda com a sua estada em Lisboa, serão superiores ao valor do fóro ou prédio a adquirir, o que não é justo nem humano;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A venda dos bens, foros, censos, pensões ou quinhões, na posse e administração da Fazenda Nacional e dos corpos e corporações administrativas, cuja avaliação atinja quantia até 10 000\$ será feita nas Direcções de Finanças dos distritos, e no Ministério das Finanças (Direcção Geral da Fazenda Pública) quando exceder aquela importância ou quando pertencer ao distrito de Lisboa.

§ único. Os bens, foros, censos, pensões ou quinhões dos distritos das ilhas dos Açores e Madeira serão vendidos nos respectivos distritos, sejá qual fór a sua avaliação.

Art. 2.º Ficam assim modificadas as disposições legais de que tratam as leis especiais de desamortização nos seus artigos 30.º, § 1.º, do regulamento de 12 de Dezembro de 1863, 32.º das instruções de 26 de Julho de 1866 e 36.º das instruções de 25 de Novembro de 1869.

Art. 3.º Este decreto com força de lei entra em vigor no dia 1 de Março de 1928.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 18 de Janeiro de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Manuel Rodrigues Júnior — João José Sinel de Cordes — Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa — Agnelo Portela — António Maria de Bettencourt Rodrigues — Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa — Artur Ivens Ferraz — José Alfredo Mendes de Magalhães — Felisberto Alves Pedrosa.

Direcção Geral da Contabilidade Pública

2.ª Repartição

Decreto n.º 14:928

Considerando que pelo decreto n.º 14:832, de 26 de Dezembro de 1927, publicado em 7 do corrente, foi declarada de utilidade pública a expropriação, pelo Governo Português, das propriedades denominadas Lugar de Baixo e Lombada dos Esmeraldos; sitas na freguesia e concelho de Ponta do Sol, distrito de Funchal, Ilha da Madeira, pertencentes à firma A. Giorgi & C.ª, com todos os direitos que lhe são inerentes;

Considerando que o Governo Português poderá tomar imediatamente posse das ditas propriedades indemnizando pelo seu valor a firma expropriada, com dispensa de formalidades e prazos estabelecidos nas leis;

Considerando que o encargo da expropriação não excederá a soma de 6:900.000\$;

Mas, atendendo a que no Orçamento Geral do Estado não se encontra dotação alguma à conta da qual possa ser levada a importância referida e que se torna portanto indispensável habilitar o Governo a fazer face às despesas resultantes da expropriação de que se trata, inscrevendo no orçamento a verba necessária;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926:

Hei por bem, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições, decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, e a seu favor, um crédito especial da quantia de 6:900.000\$, a descrever no respectivo orçamento, decretado para o corrente ano económico, em «Despesa extraordinária», em novo capítulo e artigo, numerados respectivamente 43.º e 121.º, e sob a rubrica: «Para pagamento da indemnização pela expropriação, por utilidade pública, de harmonia com o decreto n.º 14:832, de 26 de Dezembro de 1927, publicado em 7 de Janeiro de 1928, das propriedades a que o mesmo decreto se refere e bem assim de quaisquer outras despesas, quer de material, quer de pessoal, que se relacionem com a mesma expropriação».

Art. 2.º Ficam dispensadas em relação ao processo e autorização das importâncias que fór necessário despen-